



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE DE 2025
(Do Senhor Marcos Tavares)

Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia a disponibilização de informações detalhadas, técnicas e documentais sobre a continuidade do financiamento para a construção da Usina Nuclear de Angra 3 no estado do Rio de Janeiro, incluindo as fontes de recursos, cronograma de execução e impactos econômicos e ambientais do projeto.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a V. Exa, que seja encaminhado o presente requerimento de informação ao Ministro de Estado de Minas e Energia a disponibilização de informações detalhadas, técnicas e documentais sobre a continuidade do financiamento para a construção da Usina Nuclear de Angra 3 no estado do Rio de Janeiro, incluindo as fontes de recursos, cronograma de execução e impactos econômicos e ambientais do projeto.

Considerando a importância estratégica da matriz nuclear para a segurança energética do Brasil, bem como os desafios enfrentados pelo empreendimento ao longo das últimas décadas, faz-se necessário o esclarecimento de diversos aspectos relacionados à viabilidade, gestão financeira e planejamento da retomada das obras, conforme os questionamentos a seguir:

1. Sobre o Financiamento e a Viabilidade Econômica do Projeto

1.1. Qual é o montante total de recursos necessários para a conclusão das obras da

Apresentação: 14/03/2025 08:44:00.527 - Mesa

RIC n.806/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 14/03/2025 08:44:00.527 - Mesa

RIC n.806/2025

Usina Nuclear de Angra 3?

1.2. Quais são as fontes de financiamento atualmente asseguradas para o projeto? O governo federal prevê a captação de novos recursos junto a bancos nacionais e internacionais?

1.3. Há participação de instituições financeiras estrangeiras, organismos multilaterais ou investidores privados no financiamento da usina? Se sim, quais são as condições contratuais estabelecidas?

1.4. O contrato de concessão da Eletronuclear prevê novas contrapartidas financeiras ou ajustes na estrutura tarifária da energia gerada por Angra 3 para viabilizar a continuidade das obras?

1.5. Existe alguma estimativa atualizada do custo final do projeto? Caso positivo, qual o comparativo desse custo com as projeções iniciais?

1.6. A ANEEL realizou estudos sobre o impacto tarifário da entrada de Angra 3 no sistema elétrico nacional? Se sim, quais as previsões para os consumidores?

2. Sobre o Andamento das Obras e o Cronograma de Conclusão

2.1. Qual é o percentual de execução atual das obras da Usina Nuclear de Angra 3?

2.2. Quais são os principais entraves técnicos, ambientais e financeiros que ainda precisam ser resolvidos para a conclusão do empreendimento?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 14/03/2025 08:44:00.527 - Mesa

RIC n.806/2025

2.3. Existe um cronograma atualizado para a retomada e conclusão das obras? Se sim, quais são os prazos estabelecidos para cada fase do projeto?

2.4. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que os prazos estipulados sejam cumpridos, evitando novos atrasos e elevação de custos?

2.5. Quais contratos e fornecedores já foram definidos para a continuidade da construção? Há previsão de novas licitações ou ajustes contratuais?

3. Sobre a Gestão do Projeto e a Governança da Eletronuclear

3.1. Quais órgãos e entidades estão diretamente envolvidos no gerenciamento da retomada das obras de Angra 3?

3.2. Existe algum comitê de governança específico para monitorar a execução do projeto e a aplicação dos recursos?

3.3. Quais auditorias foram realizadas nos últimos cinco anos para verificar a conformidade dos investimentos e a transparência na gestão dos recursos alocados para a usina?

3.4. Foram identificadas irregularidades ou necessidade de ajustes contratuais nos contratos anteriores da Eletronuclear relacionados a Angra 3? Caso positivo, quais providências foram tomadas?

3.5. Quais mecanismos de controle e compliance estão sendo adotados para

* C D 2 5 9 4 6 2 3 0 2 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 14/03/2025 08:44:00.527 - Mesa

RIC n.806/2025

garantir a boa governança e prevenir desvios de recursos na continuidade do projeto?

4. Sobre Impactos Ambientais e Segurança Operacional

4.1. Quais estudos ambientais foram atualizados ou exigidos pelos órgãos reguladores para a continuidade das obras de Angra 3?

4.2. O licenciamento ambiental da usina encontra-se regular e atualizado? Caso contrário, quais pendências ainda precisam ser resolvidas?

4.3. Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que Angra 3 atenda a todas as normas de segurança nuclear nacionais e internacionais?

4.4. O governo tem planos para modernizar os sistemas de segurança da usina para alinhá-los às novas tecnologias de controle e mitigação de riscos?

4.5. A Eletronuclear possui um plano de contingência atualizado para emergências nucleares em Angra 3? Se sim, quais são os principais protocolos previstos?

5. Sobre o Impacto Energético e a Inserção de Angra 3 na Matriz Nacional

5.1. Qual será a capacidade de geração de energia de Angra 3 e qual o impacto previsto na matriz energética nacional?

5.2. Angra 3 contribuirá para a diversificação da matriz energética do país? O governo

* C D 2 5 9 4 6 2 3 0 2 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 14/03/2025 08:44:00.527 - Mesa

RIC n.806/2025

federal prevê outras expansões no setor nuclear?

5.3. O custo da energia gerada por Angra 3 será competitivo em relação a outras fontes energéticas? Quais simulações foram realizadas sobre a competitividade da energia nuclear no Brasil?

5.4. O governo considera a possibilidade de novas parcerias público-privadas para otimizar a gestão e os custos operacionais da usina?

5.5. Há um planejamento estratégico para integrar Angra 3 ao Sistema Interligado Nacional (SIN) sem impactos negativos na estabilidade da rede elétrica?

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 611 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Contato: (61) 3215-5611 e-mail: dep.marcostavares@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259462300200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Tavares





JUSTIFICAÇÃO

A construção de Angra 3 teve início em 1984 e passou por diversas paralisações ao longo das décadas, resultando em elevados custos financeiros e incertezas sobre sua conclusão. Segundo estimativas da Eletrobras Eletronuclear, o custo total do empreendimento já ultrapassou R\$ 25 bilhões, sendo um dos mais caros da história do setor elétrico brasileiro. Além disso, o projeto enfrenta desafios de financiamento, licenciamento ambiental e contratação de fornecedores, o que reforça a necessidade de um monitoramento rigoroso por parte do governo e dos órgãos de controle.

A energia nuclear desempenha um papel estratégico na diversificação da matriz energética nacional, oferecendo estabilidade ao fornecimento de eletricidade e reduzindo a dependência de fontes intermitentes, como hidrelétricas e energias renováveis. Angra 3 terá uma capacidade instalada de 1.405 MW, o que representa cerca de 60% da capacidade instalada da atual Usina de Itaipu. Entretanto, para que o projeto se torne tecnicamente viável e economicamente sustentável, é imprescindível garantir um modelo de financiamento equilibrado, que evite sobrecarga tarifária para os consumidores e minimize riscos fiscais ao governo.

Outro fator crítico é a gestão da governança e da fiscalização da execução do projeto. Dada a complexidade técnica e o alto volume de recursos envolvidos, é essencial assegurar que a Eletronuclear, a Eletrobras e demais entes públicos envolvidos no empreendimento adotem mecanismos robustos de controle, transparência e compliance, garantindo a correta aplicação dos investimentos e evitando sobrecustos desnecessários. Nesse sentido, torna-se fundamental obter informações sobre as auditorias realizadas, os relatórios de desempenho e os indicadores de eficiência da gestão do projeto.

Além dos desafios financeiros e gerenciais, a segurança operacional e os impactos ambientais de Angra 3 precisam ser rigorosamente avaliados. A energia nuclear, apesar de sua eficiência e baixa emissão de carbono, demanda um alto nível de segurança para evitar riscos operacionais e impactos ambientais irreversíveis. Portanto, é essencial esclarecer se o licenciamento ambiental da usina está regularizado, quais medidas de segurança





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

estão sendo adotadas e se os padrões técnicos internacionais estão sendo rigorosamente cumpridos.

A continuidade da construção de Angra 3 também terá impactos diretos no setor elétrico e na economia do país. Estudos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Ministério de Minas e Energia apontam que a usina poderá contribuir para a estabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), reduzindo a necessidade de acionamento de usinas térmicas a combustíveis fósseis, que possuem custos mais elevados e maior impacto ambiental. No entanto, para que isso ocorra de forma eficaz, é preciso que haja um planejamento detalhado da integração de Angra 3 ao sistema elétrico brasileiro, evitando impactos tarifários excessivos aos consumidores.

Considerando a magnitude do projeto, os custos já incorridos e os desafios para sua finalização, é fundamental que o Ministério de Minas e Energia forneça todas as informações relevantes sobre o financiamento, a gestão, a segurança e a previsão de entrega de Angra 3. A sociedade tem o direito de acompanhar a aplicação dos recursos públicos e de garantir que esse investimento traga benefícios reais ao setor elétrico, à economia e à segurança energética do Brasil.

Diante do exposto, a disponibilização de informações detalhadas sobre o status do financiamento, o cronograma atualizado das obras, os desafios técnicos e regulatórios e os impactos econômicos e tarifários do projeto é indispensável para garantir transparência, responsabilidade fiscal e eficiência na conclusão de Angra 3.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

